

RELATÓRIO SEMESTRAL DE CONTROLE INTERNO

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DO MÉDIO PIRACICABA – CISMEPI

Período: 01/01/2026 a 30/06/2026

Responsável pelo Controle Interno: Marcélia Hermes Matozinhos

1. APRESENTAÇÃO

Em atendimento às disposições legais aplicáveis aos Consórcios Públicos e às competências atribuídas à Unidade de Controle Interno, apresenta-se o Relatório Semestral referente ao período de 01/01/2026 a 30/06/2026, contendo a análise e avaliação dos atos de gestão administrativa, orçamentária, financeira, contábil, patrimonial e operacional do Consórcio Intermunicipal de Saúde do Médio Piracicaba - CISMEPI.

O presente relatório fundamenta-se nos princípios e normas que regem a Administração Pública, especialmente nos artigos 70 e 74 da Constituição Federal, que estabelecem a fiscalização contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial pelos sistemas de controle interno; na Lei Federal nº 11.107/2005, que dispõe sobre a constituição e o funcionamento dos Consórcios Públicos; no Decreto Federal nº 6.017/2007, que regulamenta a referida norma; na Lei Federal nº 4.320/1964, que estabelece normas gerais de Direito Financeiro para elaboração e controle dos orçamentos públicos; na Lei Complementar nº 101/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal), no que se refere à responsabilidade na gestão fiscal; bem como na Lei Federal nº 14.133/2021, que disciplina as licitações e contratações públicas.

O presente relatório tem como objetivo acompanhar e avaliar a conformidade dos atos praticados pela Administração, observando os princípios da legalidade, legitimidade, economicidade, eficiência, eficácia e transparência na gestão pública, contribuindo para o fortalecimento dos mecanismos de controle, o aperfeiçoamento dos procedimentos administrativos e a promoção da boa governança no âmbito do Consórcio.

2. EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA

2.1 Receita

A previsão orçamentária do Consórcio para o exercício de 2026 totaliza **R\$ 25.983.710,00**, composta por **R\$ 3.843.710,00** provenientes do Contrato de Rateio, **R\$ 19.257.500,00**



decorrentes da prestação de serviços e **R\$ 2.882.500,00** referentes às demais receitas previstas no orçamento.

No que se refere ao **Contrato de Rateio**, instrumento destinado ao custeio das despesas administrativas e operacionais do Consórcio, os recursos repassados pelos Municípios Consorciados são utilizados para o financiamento de despesas com sistemas informatizados, serviços de tecnologia da informação, tributos, aquisição de materiais de consumo, locação de imóveis, contratação de serviços especializados, transporte, manutenção da estrutura administrativa e demais despesas necessárias ao funcionamento da entidade.

Apresenta-se, a seguir, o demonstrativo das receitas arrecadadas por meio do Contrato de Rateio durante o primeiro semestre de 2026. Os valores arrecadados referem-se aos ingressos financeiros efetivamente registrados no período, podendo ocorrer pagamentos em meses distintos daqueles previstos no cronograma de rateio.

RECEITA	PERÍODO	VALOR
Contrato de Rateio	Janeiro/2026	R\$ 46.235,79
Contrato de Rateio	Fevereiro/2026	R\$ 0,00
Contrato de Rateio	Março/2026	R\$ 545.390,43
Contrato de Rateio	Abril/2026	R\$ 0,00
Contrato de Rateio	Maió/2026	R\$ 432.865,82
Contrato de Rateio	Junho/2026	R\$ 216.432,91

Observa-se que, durante o período analisado, os repasses relativos ao Contrato de Rateio apresentaram variações entre os meses, com concentração da arrecadação em determinados períodos. Todavia, tais oscilações não comprometeram a continuidade das atividades administrativas, operacionais e assistenciais desenvolvidas pelo Consórcio.

Além dos recursos oriundos do Contrato de Rateio, verificou-se a arrecadação de receitas provenientes de diversas fontes, em conformidade com a previsão orçamentária e com a legislação aplicável à Administração Pública e aos consórcios públicos. Destacam-se, entre elas:

- Convênios e instrumentos congêneres celebrados com órgãos e entidades da Administração Pública;
- Prestação de serviços de saúde aos Municípios Consorciados e demais usuários habilitados;
- Receitas de natureza administrativa, patrimonial, operacional e financeira.

Os exames realizados pelo Controle Interno evidenciaram que os valores arrecadados foram devidamente registrados nos sistemas contábil, financeiro e orçamentário,

observando-se a realização das conciliações necessárias e a adequada evidenciação das informações, assegurando a confiabilidade dos registros e a rastreabilidade dos atos de gestão.

RESUMO DA EXECUÇÃO DA RECEITA

Descrição	Valor (R\$)
Receita Prevista	R\$25.983.710,00
Receita Arrecadada	R\$10.099.587,66
Percentual de Execução	38,87%

No encerramento do primeiro semestre de 2026, a receita arrecadada alcançou **R\$ 10.099.587,66**, correspondente a aproximadamente **38,87% da receita prevista para o exercício**. Esse percentual demonstra que a execução da receita ocorreu de forma compatível com a dinâmica operacional do Consórcio e com o cronograma de arrecadação das diferentes fontes de recursos.

Dessa forma, conclui-se que a execução da receita, no período analisado, transcorreu em conformidade com os princípios da legalidade, da transparência, da eficiência, da economicidade e da responsabilidade fiscal, não sendo identificadas inconsistências relevantes que comprometessem a regularidade da gestão das receitas do Consórcio.

2.2 Despesa

No tocante à execução da despesa, foram realizados procedimentos de acompanhamento e verificação dos atos administrativos e contábeis, com o objetivo de avaliar a regularidade da aplicação dos recursos públicos e a observância das normas legais que regem a execução orçamentária e financeira.

As análises abrangeram, entre outros aspectos:

- Existência de dotação orçamentária suficiente para a realização da despesa;
- Regularidade dos procedimentos de empenhamento das despesas, em conformidade com a legislação vigente e com os registros orçamentários da entidade;
- Regular liquidação da despesa, mediante comprovação do recebimento de bens ou da efetiva prestação dos serviços;
- Pagamento devidamente autorizado pela autoridade competente e realizado em conformidade com a disponibilidade financeira do Consórcio.



Apresenta-se, a seguir, o resumo da execução da despesa no primeiro semestre de 2026.

Descrição	Valor (R\$)
Despesa Fixada	R\$ 25.983.710,00
Despesa Empenhada	R\$ 15.538.543,56
Despesa Liquidada	R\$ 8.594.464,91
Despesa Paga	R\$ 7.511.562,95

Até o encerramento do primeiro semestre de 2026, a despesa empenhada correspondeu a 59,80% da despesa fixada; a despesa liquidada, a 33,08%; e a despesa paga, a 28,91%.

Observa-se que o percentual da despesa empenhada se apresentou superior ao percentual da receita arrecadada no período, situação decorrente da dinâmica própria da execução orçamentária e financeira, considerando que o empenho representa o compromisso orçamentário assumido pela Administração, não correspondendo necessariamente ao desembolso financeiro imediato.

Dessa forma, a diferença verificada entre a receita arrecadada e a despesa empenhada não caracteriza, isoladamente, desequilíbrio orçamentário ou financeiro, devendo ser analisada considerando a execução do exercício na totalidade, o comportamento das receitas previstas, os recursos disponíveis e o fluxo de realização das despesas ao longo do período.

O Controle Interno permanecerá acompanhando a execução orçamentária e financeira, visando assegurar a regularidade dos atos de gestão, a manutenção do equilíbrio das contas públicas e a adequada aplicação dos recursos administrados pelo CISMEPI.

3. ANÁLISE CONTÁBIL

Foram analisados os demonstrativos contábeis emitidos no período, verificando-se:

- Regularidade dos registros contábeis;
- Conciliações bancárias atualizadas;
- Compatibilidade entre registros financeiros e contábeis;
- Cumprimento das normas da contabilidade aplicada ao setor público.

Após análise dos demonstrativos contábeis, financeiros e demais documentos pertinentes ao período avaliado, verificou-se que os registros contábeis foram realizados de forma regular, observando os princípios e normas aplicáveis à Contabilidade Aplicada ao Setor Público.

Constatou-se, ainda, a atualização das conciliações bancárias, a compatibilidade entre os registros contábeis e financeiros e a adequada evidenciação das informações



patrimoniais, orçamentárias e financeiras da entidade, contribuindo para a transparência e confiabilidade dos demonstrativos apresentados.

Os procedimentos de controle interno realizados não identificaram irregularidades relevantes capazes de comprometer a gestão contábil e financeira do Consórcio, evidenciando conformidade com a legislação vigente, bem como com os princípios da legalidade, eficiência, economicidade e responsabilidade fiscal.

Diante do exposto, conclui-se que os controles adotados pela administração se mostraram satisfatórios no período analisado, recomendando-se a continuidade do acompanhamento e aperfeiçoamento dos mecanismos de controle interno, visando o fortalecimento da gestão administrativa, financeira e contábil da entidade.

4. LICITAÇÕES, DISPENSAS E INEXIGIBILIDADES

Foram analisados os processos de contratação realizados durante o semestre, abrangendo as seguintes modalidades, em conformidade com a legislação vigente aplicável às contratações públicas, especialmente a Lei Federal nº 14.133/2021.

Modalidade	Quantidade
Pregão	02
Dispensa	14
Inexigibilidade	01
Credenciamento	11
Adesão a Ata	02

Com base na análise dos processos de contratação realizados no período semestral, abrangendo licitações, dispensas, inexigibilidades, credenciamentos e demais formas de contratação, constatou-se que os procedimentos se encontram devidamente formalizados e instruídos, em conformidade com a legislação vigente aplicável às contratações públicas.

Verificou-se a observância dos requisitos essenciais de controle, incluindo a adequada formalização processual, a publicidade dos atos administrativos, a emissão de parecer jurídico quando exigido e a designação de fiscais responsáveis pelo acompanhamento da execução contratual, evidenciando a adoção de práticas alinhadas aos princípios da legalidade, transparência e eficiência.

No âmbito do controle interno, não foram identificadas irregularidades que comprometam a legalidade ou a regularidade dos processos analisados. Eventuais inconsistências de natureza formal, quando verificadas, foram de caráter pontual e não comprometeram a



validade dos procedimentos, sendo passíveis de correção por meio de ajustes administrativos e aprimoramento dos fluxos internos.

Diante do exposto, conclui-se pela regularidade geral dos processos de contratação analisados no semestre, recomendando-se a continuidade do fortalecimento dos mecanismos de controle interno, especialmente no que se refere à padronização de procedimentos e ao aperfeiçoamento das rotinas de fiscalização contratual.

5. GESTÃO DE CONTRATOS

Foi realizada análise dos contratos vigentes, observando:

- Objeto contratual;
- Prazo de vigência;
- Fiscalização contratual;
- Termos aditivos;
- Execução dos serviços;

Com base na análise realizada, verificou-se que a gestão dos contratos vigentes se encontra regular e em conformidade com a legislação aplicável. Observou-se o adequado controle dos objetos, prazos, fiscalização e formalização de termos aditivos, bem como a compatibilidade da execução dos serviços com as condições pactuadas.

No âmbito do controle interno, não foram identificadas irregularidades relevantes que comprometam a regularidade da gestão contratual, sendo os apontamentos de natureza formal e passíveis de aprimoramento administrativo.

Diante disso, conclui-se pela regularidade da gestão dos contratos no período analisado, recomendando-se a manutenção das práticas de acompanhamento e fiscalização.

6. GESTÃO DE PESSOAL

Foi verificado:

- Regularidade das admissões;
- Folha de pagamento;
- Encargos previdenciários;
- Obrigações acessórias;
- Controle de frequência;

Com base na análise realizada no período, verificou-se que a gestão de pessoal se encontra regular, abrangendo os procedimentos de admissões, elaboração da folha de pagamento, recolhimento de encargos previdenciários, cumprimento de obrigações acessórias e controle de frequência.



No âmbito do controle interno, não foram identificadas irregularidades que comprometam a legalidade ou a regularidade dos atos de gestão de pessoal, evidenciando conformidade com a legislação aplicável e com as normas administrativas vigentes.

Diante disso, conclui-se pela regularidade da área de pessoal no período analisado, recomendando-se a manutenção dos controles e o aprimoramento contínuo dos procedimentos administrativos.

7. GESTÃO PATRIMONIAL E ALMOXARIFADO

No período em análise, foram verificados os procedimentos relacionados à gestão patrimonial e ao almoxarifado, com o objetivo de avaliar a conformidade dos controles internos e a adequada administração dos bens e materiais públicos.

A avaliação contemplou os seguintes aspectos:

- Controle patrimonial, verificando a identificação, registro e acompanhamento dos bens permanentes;
- Registro de entradas e saídas de materiais, observando a regularidade dos lançamentos e a rastreabilidade das movimentações;
- Conservação dos bens patrimoniais, analisando as condições de uso, armazenamento e manutenção dos bens sob responsabilidade da Administração;
- Controle de estoque do almoxarifado, verificando a organização, o armazenamento, o acompanhamento dos saldos e a adoção de procedimentos para evitar perdas, extravios ou desabastecimento.

Com base nos procedimentos realizados, verificou-se que os controles patrimoniais e de almoxarifado encontram-se implementados e em funcionamento adequado, permitindo adequada identificação, registro e acompanhamento dos bens permanentes e materiais de consumo. Não foram constatadas irregularidades relevantes capazes de comprometer a gestão patrimonial, recomendando-se a continuidade dos inventários periódicos, da atualização dos registros e do aperfeiçoamento dos controles internos.

8. TRANSPARÊNCIA E PRESTAÇÃO DE CONTAS

Foi verificado o cumprimento das exigências legais relativas à transparência pública, incluindo:

- Portal da Transparência;
- Publicação de contratos;
- Publicação de licitações;
- Relatórios fiscais e contábeis;
- Atendimento à Lei de Acesso à Informação;



Com base na análise realizada, verificou-se que as exigências legais relacionadas à transparência pública vêm sendo atendidas, com a devida disponibilização das informações no Portal da Transparência do CISMEPI, incluindo publicações de contratos, processos licitatórios, relatórios fiscais e contábeis, bem como o atendimento às demandas previstas na Lei de Acesso à Informação.

No âmbito do controle interno, não foram identificadas irregularidades quanto à divulgação das informações obrigatórias, evidenciando conformidade com os princípios da publicidade e da transparência na gestão pública.

Diante disso, conclui-se pela regularidade das práticas de transparência e prestação de contas no período analisado, recomendando-se a manutenção e o aprimoramento contínuo da atualização das informações disponibilizadas ao público.

9. RECOMENDAÇÕES DO CONTROLE INTERNO

Considerando os procedimentos de acompanhamento, análise e verificação realizados no período, recomenda-se à Administração do CISMEPI:

- Manter o acompanhamento contínuo da execução orçamentária, financeira e contábil, assegurando a regularidade dos registros e o equilíbrio das contas públicas;
- Dar continuidade ao aperfeiçoamento dos procedimentos de licitações, contratações e fiscalização contratual, em conformidade com a legislação vigente;
- Manter rigor no controle de entrada, saída e armazenamento de materiais, visando assegurar a integridade dos estoques e prevenir perdas ou inconsistências;
- Dar continuidade aos procedimentos de controle patrimonial, inventários físicos periódicos e atualização dos registros dos bens permanentes;
- Assegurar a atualização tempestiva e a ampla divulgação das informações no Portal da Transparência, em observância aos princípios da publicidade, da transparência e às exigências da legislação vigente;
- Manter a implementação de práticas de gestão de riscos e controles preventivos.

Por fim, recomenda-se à Administração do CISMEPI que mantenha o compromisso com a observância dos princípios constitucionais da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade, eficiência, economicidade e transparência, adotando medidas permanentes de aprimoramento da governança, da gestão de riscos e dos controles internos, de forma a assegurar a correta aplicação dos recursos públicos e a prestação de serviços de saúde com qualidade aos municípios consorciados.

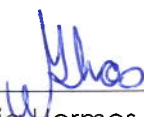


10. CONCLUSÃO

Considerando os procedimentos de acompanhamento, fiscalização, análise e avaliação realizados durante o primeiro semestre de 2026, conclui-se que os atos de gestão administrativa, orçamentária, financeira, contábil, patrimonial e operacional do Consórcio Intermunicipal de Saúde do Médio Piracicaba – CISMEPI apresentaram, de forma geral, conformidade com a legislação aplicável e com os princípios que regem a Administração Pública, não sendo identificadas irregularidades relevantes que comprometam a gestão da entidade.

As recomendações constantes neste relatório possuem caráter preventivo e orientativo, visando ao aperfeiçoamento contínuo dos controles internos, da governança e da eficiência administrativa.

João Monlevade, 27 de Julho de 2026.



Marcélia Hermes Matozinhos
Controladora Interna - CISMEPI